

# **DOENÇAS OCUPACIONAIS EM PROFESSORES DE ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE NO DISTRITO FEDERAL\***

**Gabriela Kneipp Guimarães do Valle<sup>1</sup> Monica Chiodi Toscano de Campos<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Discente de Enfermagem na Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil. E-mail: [bibi\\_kneipp@hotmail.com](mailto:bibi_kneipp@hotmail.com)

<sup>2</sup> Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil. E-mail: [monicachiodi@gmail.com](mailto:monicachiodi@gmail.com)

\*Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado no formato de artigo científico e em conformidade com as normas da Revista Eletrônica de Enfermagem (REE).

## **DOENÇAS OCUPACIONAIS EM PROFESSORES DE ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE NO DISTRITO FEDERAL**

### **RESUMO**

A atuação do docente nas instituições vem gerando cada vez mais a incidência de problemas de saúde, tanto no início ou no final do percurso profissional. Devido a isso, o cotidiano adoecido na docência tem sido cada vez mais objeto de estudos por parte de pesquisadores. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa dos dados realizada com 57 docentes atuantes no Centro de Educação Infantil 4 de Taguatinga com educação infantil e estimulação precoce, através de um questionário semiestruturado com o objetivo de identificar as principais doenças ocupacionais que acometem os professores da instituição, sua relação com o tempo de carreira e a procura aos serviços de saúde. Os resultados obtidos mostraram que os docentes apresentam doenças ocupacionais como problemas ortopédicos (22,8%), de saúde mental (19,29%), na voz (8,8%) e cardiovasculares (7%). Esses problemas estão relacionados às condições de trabalho, à carga horária e a dupla jornada dos docentes.

**Descritores:** Doenças ocupacionais. Docentes. Saúde do Trabalhador.

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho é considerado uma forma de dignificação, gratificação, formador de caráter social e da identidade do ser, além de ser o meio de obtenção de recursos financeiros para sustento e sobrevivência da pessoa e família, e isso requer participação ativa do trabalhador, podendo acarretar em problemas de saúde e alterações na qualidade de vida do mesmo devido à sua demanda <sup>(3)</sup>. Com base nessa colocação, a docência é uma área que apresenta diferentes exigências e dimensões de cuidado, aprendizado e ensino que estão relacionados a conteúdos cognitivos, efetivos e instrumentais que demandam muito do profissional e podem afetar a sua qualidade de vida <sup>(12)</sup>. Essa interferência apresenta riscos ocupacionais aos docentes que se não forem aplicadas as ações de políticas públicas de atenção integral à Saúde do Trabalhador, visando à assistência, promoção, vigilância e prevenção dos agravos, pode acarretar em doenças e/ou disfunções ocupacionais aos professores, afetando no seu desempenho na instituição de ensino.

No âmbito da docência para crianças portadoras de necessidades especiais, a Secretaria de Educação Especial (SEESP) é o órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável por essa educação. Segundo a mesma, educação especial é uma "modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas portadoras necessidades educacionais especiais", desde a educação infantil ao ensino superior; no qual é considerado público-alvo alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e com altas habilidades/superdotação e dessa forma, necessitando de profissionais cada vez mais qualificados e capazes de realizar a integração e inclusão social no ambiente escolar, uma vez que esses alunos são, muitas vezes, inseridos em centros de ensino regulares <sup>(4)</sup>.

Os direitos e deveres dessas crianças portadoras de necessidades especiais são garantidos e aplicados legalmente, resultando em uma maior integração, inclusão e visibilidade social. Essa garantia é regida, nacionalmente, pela Lei 7.853/89, do Ministério da Saúde, onde fica acordado o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, no meio educacional e na área da saúde. No âmbito do Distrito Federal, a Lei 3.218/03 dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do DF, tendo como Educação Inclusiva o atendimento às crianças em escola de ensino regular, atendendo às suas necessidades e respeitando suas diferenças; garantindo acessibilidade aos alunos, formação continuada dos professores, recursos humanos e materiais especializados para garantir o apoio necessário aos alunos <sup>(4)</sup>. A inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais na educação é realizada

não somente com pessoas adultas na continuidade da educação para ensino superior e/ou inserção no mercado de trabalho, preconizada pela lei 13.146/15, mas também através da estimulação precoce com bebês que é definida como:

*"A estimulação precoce pode ser definida como um programa de acompanhamento e intervenção clínico-terapêutica multiprofissional com bebês de alto risco e com crianças pequenas acometidas por patologias orgânicas – entre as quais, a microcefalia –, buscando o melhor desenvolvimento possível, por meio da mitigação de sequelas do desenvolvimento neuropsicomotor, bem como de efeitos na aquisição da linguagem, na socialização e na estruturação subjetiva, podendo contribuir, inclusive, na estruturação do vínculo mãe/bebê e na compreensão e no acolhimento familiar dessas crianças" (5).*

A atuação do docente nas instituições vem gerando cada vez mais a incidência de problemas de saúde nos professores tanto em período de qualificação como em pleno exercício da carreira. No início ou no final do percurso profissional há relatos informais sobre o sofrimento emocional, físico e psíquico que enfrentam diariamente em seu local de trabalho. Devido a isso, o cotidiano adoecido tem sido cada vez mais, objeto de estudos detalhados por parte de pesquisadores da saúde do trabalhador e suas relações sociais. Para que assim seja possível obter uma perspectiva de quais são as doenças e/ou disfunções ocupacionais mais comuns apresentadas pelos docentes, podendo analisar juntamente com o tempo de carreira de cada profissional fazendo uma correlação entre elas e nas atuais atividades desenvolvidas e cargos ocupados pelos mesmos na instituição de ensino ao qual estão alocados (9).

Alguns estudos têm mostrado que grande parte desses problemas de saúde que acometem os professores ocorre em consequência do ambiente de trabalho no qual muitas vezes não possuem condições estruturais adequadas, falta de recursos materiais, clima organizacional e relacionamento interpessoal desfavorável com os demais profissionais, esforço físico e mental bastante exigido, estarem expostos a riscos à segurança pessoal em função às demandas físicas do trabalho, entre outros aspectos que interferem na atuação do docente e, conseqüente, no desempenho adequado desejado (12, 15).

Baseado em estudos e o que pode acarretar futuramente tanto para os docentes quanto para os profissionais da área da saúde e, conseqüentemente, a necessidade de assistência médica e/ou de enfermagem, este presente estudo vem identificar quais as principais doenças ocupacionais acometem os professores de

uma escola de educação infantil e de estimulação precoce, a sua relação com o tempo de carreira de cada profissional, se esses fatores são responsáveis pela realocação do profissional na instituição e se há uma demanda e procura aos cuidados de saúde devido aos problemas que são apresentados.

Por estes motivos justifica-se realizar tal estudo para a necessidade de discutir sobre as condições de trabalho, tempo de exercício de profissão e a saúde dos docentes da educação infantil e estimulação precoce no Brasil, bem como para maior visibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade e na área da saúde. Para que assim seja possível a inserção e colaboração da assistência de enfermagem aos docentes e aos estudantes para a melhora da qualidade de vida e redução dos riscos à saúde.

## **MÉTODO**

A pesquisa trata-se de um estudo descritivo com abordagem quali-quantitativa dos dados realizada com professores que atuam no Centro de Educação Infantil 4 de Taguatinga com educação infantil e estimulação precoce.

A coleta de dados foi realizada no período de três semanas, entre os dias 06 a 31 de Março, para que fosse realizada com todos os professores, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado (Apêndice 1) desenvolvido pelas pesquisadoras dividido em duas partes, a primeira com dados gerais de identificação do profissional e a segunda referente ao objetivo proposto do estudo com dados referentes ao trabalho, como área de atuação, tempo de atuação como docente e na instituição, questões sobre problemas de saúde apresentados durante a carreira de trabalho, desempenho na instituição, tratamentos de saúde realizados em decorrência de doenças ocupacionais e influência do ambiente de trabalho na saúde.

Os professores tiveram conhecimento da pesquisa por meio de uma reunião na instituição com a pesquisadora, o qual foi explicado o intuito da pesquisa e como ocorreria. Aos professores interessados, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2) que indicava seu acordo em participação e assim foi aplicado o questionário pela pesquisadora, durante seu tempo livre ou quando estavam disponíveis e respondiam às questões do questionário elaborado, com duração de 06 a 10 minutos.

Os critérios de inclusão são: serão incluídos na pesquisa os professores que estiverem em condições de fornecer informações por meio de questionário, que concordarem com a participação na pesquisa e assinarem o TCLE.

Os critérios de exclusão são: serão excluídos da pesquisa aqueles que se recusarem a dar continuidade à participação ou não assinarem o TCLE, e os que estiverem de licença ou férias no período de coleta de dados.

Os dados obtidos através da pesquisa foram compilados e analisados pelas pesquisadoras com auxílio do software Excel.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde/UnB CAEE 61621316.1.0000.0030 (Anexo 1).

## RESULTADOS

Inicialmente, a população de estudo era de 66 professores que atuam no Centro de Educação Infantil 4. Porém, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa e o início da coleta de dados, a amostra foi composta por 57 docentes, uma vez que 9 professores haviam aposentado, como mostra o gráfico 1.

**Gráfico 1 – População de estudo da pesquisa (n = 66). Brasília (DF), 2017.**



Segundo o Artigo 1º da Resolução SE-12 de 18 de março de 2014, professor readaptado, é quando verifica-se alteração em sua capacidade de trabalho, por modificação do estado de saúde física e/ou mental, comprovada mediante inspeção médica, a ser realizada por intermédio da Secretaria da Educação <sup>(8)</sup>. No presente estudo, 14 professores que participaram da pesquisa eram readaptados.

Com relação aos dados pessoais gerais dos docentes, os resultados são apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1 – Dados de identificação da amostra (n = 57). Brasília (DF), 2017.**

Variáveis	N	Média	%
<b>Sexo dos docentes</b>			
Feminino	53		93%

Masculino	4	7%
<b>Idade dos docentes (em anos)</b>	46	
<b>Escolaridade dos docentes</b>		
Ensino superior	46	80 %
Pós-graduação	11	20 %
<b>Estado civil dos docentes</b>		
Casado ou vive com parceiro	35	61%
Divorciado	16	28%
Solteiro	6	11%
<b>Quantidade de filhos</b>		
Nenhum	3	5,26%
Um	15	26,32%
Dois	27	47,37%
Três	9	15,79%
Quatro ou mais	3	5,26%

Com relação aos dados referentes ao trabalho, o tempo de atuação como docente na Secretaria de Educação do Distrito Federal variou de 10 a 30 anos, com tempo médio de contribuição de 23 anos. A área de atuação mais prevalente foi na estimulação precoce (40,35%; n=23), seguido pela educação infantil (29,83%; n=17), readaptados (24,56%; n=14) e educação física (5,26%; n=3). Os resultados estão demonstrados na Tabela 2.

**Tabela 2 – Dados referentes ao trabalho (n = 57). Brasília (DF), 2017.**

<b>Variável</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Doenças ocupacionais</b>		<b>57,89%</b>
Problemas de saúde mental	11	19,29%
Problemas ortopédicos	13	22,8%
Problemas na voz	5	8,8%
Problemas cardiovasculares	4	7%
Não apresentaram problemas	24	42,11%

Considerando os professores que apresentaram algum tipo de doença ocupacional, todos relataram ter procurado atendimento médico e realizado tratamento de saúde, oferecido ou não pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para o devido problema; 25 professores (75%) ainda realizam acompanhamento para prevenir que volte ou se agrave. Também relataram que já

precisaram de licença ou abono na instituição devido à doença apresentada, para realizar tratamento ou por desgaste emocional e físico, afetando a sua produtividade e desempenho.

Em relação aos problemas de saúde mental relatados foram a problemas emocionais (36,36%), depressão (27,27%), estresse (27,27%) e Síndrome do Pânico (9,1%); e problemas ortopédicos como tendinite, bursite, dores na coluna e hérnias de disco; problemas na voz como fendas nas cordas vocais e problemas cardiovasculares, sendo a hipertensão arterial sistêmica (HAS). Dentre elas, as disfunções ortopédicas e de saúde mental são as mais prevalentes na população de estudo (42,9%). Todos os docentes entrevistados que apresentaram algum problema de saúde procuraram atendimento médico, fizeram tratamento em decorrência do problema e alguns fazem acompanhamento profissional como forma de prevenção de agravo do problema.

Ao comparar e relacionar os dados pessoais com os dados referentes ao trabalho observou-se que todos os docentes que apresentaram doenças ocupacionais são do sexo feminino (57,89%; n=33). Foram observadas que houve uma maior prevalência dessas doenças nos docentes com mais de 44 anos de idade (60,6%; n=20). Os que apresentaram mais de 19 anos de atuação como docente são os que mais relataram problemas de saúde (72,7%; n=24). As demais variáveis não apresentaram diferenças ou resultados significativos para o estudo.

## **DISCUSSÃO**

A predominância do sexo feminino entre os docentes, observada no estudo, está relacionada ao fato desse campo profissional ter sido um dos primeiros a incorporar a participação das mulheres no mercado de trabalho e pela docência ser vista como uma atividade para mulheres por envolver o cuidado e aprendizado aos outros, principalmente às crianças. Além de ter sido um meio de conquista e garantia da independência econômica das mulheres e da sua inserção no espaço público e no mercado de trabalho <sup>(2, 13)</sup>. Com essa visão, pode-se relacionar a grande atuação das mulheres nesse estudo, por se tratar de uma escola para ensino infantil.

A questão de gênero na instituição pode ser relacionada com a dupla jornada que, geralmente, as mulheres apresentam, sendo que além de trabalharem como docentes na escola ainda realizam tarefas domésticas após o expediente, cuidam dos filhos e os auxiliam no que for necessário, realizam tarefas relacionadas à docência como planejamento de aulas, correção de provas, tarefas e trabalhos, entre outros. Isto causa uma sobrecarga na mulher docente que pode ser um fator

de risco e desencadeante para o surgimento de doenças ocupacionais e o adoecimento <sup>(17)</sup>.

Uma observação e avaliação da idade e do tempo de carreira que apresentam como profissionais, revela que o perfil dos docentes da instituição não é jovem e que têm muitos anos de experiência na área, sendo assim mais hábeis e preparados para atuar na instituição, e apresentam nível de qualificação elevado. Os dados obtidos na pesquisa sobre a idade e tempo de carreira não foram significativos para que se pudesse relacionar com a questão do surgimento de doenças ocupacionais.

Percebe-se que os docentes são prejudicados tanto pelo surgimento da doença e quanto pela necessidade de tirar licença ou abonos, afetando, de alguma forma, a produtividade. Uma vez que essa demanda causa um breve afastamento da instituição ou, dependendo da evolução da doença, até mesmo devendo ser readaptado e designado para outra função ou cargo, para evitar agravamentos.

O processo do adoecer do professor é ocasionado principalmente devido a agentes estressores presentes diariamente na docência e a maneira como eles são enfrentados. Estudos demonstram que as condições e locais de trabalho oferecidos aos professores são fatores que podem contribuir e levar ao adoecimento <sup>(3)</sup>. Esses levantamentos puderam ser observados nesse estudo, a partir de relatos dos docentes quanto à influência do ambiente de trabalho no surgimento de problemas de saúde.

As queixas relacionadas ao uso intensivo da voz podem ser explicadas pelo fato do trabalho como docente exigir a comunicação e uso da fala constantemente. Porém os problemas apresentados pelos professores ocorrem devido ao uso inadequado da voz, sem uma preparação prévia, além de outros fatores, como o barulho excessivo em sala de aula, exposição ao calor e ambiente seco, principalmente no Distrito Federal, entre outros fatores <sup>(10)</sup>. Como relatado, as salas de aulas não são projetadas devidamente, prejudicando a acústica e comprometendo a circulação de ar.

Em relação às queixas apresentadas quanto aos problemas ortopédicos, que obtiveram maior prevalência nesse estudo, a maioria dos docentes referiu dor nas costas, braços e cervical, devido à postura incorreta adquirida. Podendo estar relacionadas ao fato dos professores reproduzirem movimentos repetitivos ao escrever no quadro, corrigir provas e tarefas dos alunos, carregar materiais didáticos pela escola, má qualidade ou inadequação dos mobiliários para a sala de aula; os professores da estimulação precoce ficam em posições desfavoráveis e em má postura ao fazerem atendimento aos bebês, entre outros fatores. Essas queixas foram abordadas em vários estudos realizados <sup>(3, 14, 15)</sup>.

Com a segunda maior prevalência de casos apresentados no estudo, as queixas relacionadas à saúde mental são comuns e estão presentes em outros estudos realizados sobre o tema. O estresse foi o problema mais abordado nesse quesito por estar relacionado com o excesso da carga de trabalho, rotina cansativa, quantidade de alunos em sala de aula, qualidade e disponibilidade de materiais e recursos didáticos para ensino, problema interpessoais com outros professores, alunos e pais de alunos, entre outros fatores relacionados à instituição, além dos problemas pessoais de cada docente que não foram abordados no presente estudo. Isso tudo gera uma grande sobrecarga no profissional e um esgotamento físico e emocional podendo desencadear em outros problemas como depressão, problemas emocionais, transtornos de ansiedade, fobias, distúrbios psicossomáticos, síndrome de Burnout e até mesmo a HAS <sup>(14, 15)</sup>.

Apesar de pouca prevalência no estudo, a HAS é uma doença crônica multifatorial que pode ser desencadeada por diversos fatores, entre eles os hereditários, fatores de risco como obesidade, alimentação inadequada, sedentarismo e uso de drogas lícitas. Também está relacionada com episódios de estresse e exaustão emocional constantes uma vez que esses fatores levam à uma descarga das glândulas adrenais, provocando mudanças no sistema cardiovascular, aumentando o ritmo cardíaco e a pressão arterial, que se o quadro de estresse prolongar-se ou ocorrer várias vezes, pode gerar um quadro de HAS ao docente <sup>(11)</sup>.

## **CONCLUSÃO**

A partir da realização dessa pesquisa, conclui-se que os professores apresentam doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho e às suas condições, e podendo estar relacionadas com seu dia-a-dia e seu estilo de vida. As doenças mais comuns apresentadas foram os problemas ortopédicos e de saúde mental, seguidos de problemas na voz e cardiovasculares, que foram necessárias a busca por serviços de saúde e tratamento, e de alguma forma afetaram o desempenho do docente na instituição e causou o afastamento de alguns de suas funções, sendo necessária sua readaptação e realocação na escola. Os fatores que interferem e estão relacionados com o surgimento das doenças mais relatados foram as condições de trabalho, carga horária e dupla jornada. E por ser uma amostra de estudo, na sua maioria, de mulheres, a questão da dupla jornada fica ainda mais evidente.

O trabalho de docência gera um desgaste físico e mental ao profissional, devido às condições de trabalho apresentadas, a forma como as atividades são realizadas e a falta de recursos destinados à instituição, que acabam se tornando

agentes estressores na atuação do professor, causando o adoecimento do mesmo. Porém não foi possível correlacionar o surgimento dessas doenças com o tempo de carreira profissional. É necessário que os docentes tenham um acompanhamento profissional adequado e especializado, além de condições de trabalho ideais para sua atuação, para evitar que doenças ocupacionais surjam e não afetem suas atividades e o serviço.

Fica evidente que há a necessidade de inserção do enfermeiro na instituição e em outras mais que precisarem, especializados em enfermagem escolar, para que realize um acompanhamento individual ou conjunto tanto com as crianças para auxiliar no crescimento e desenvolvimento adequado das mesmas quanto com os professores para auxiliá-los e evitar que surjam problemas e conseqüentemente as doenças ocupacionais e auxiliar no enfrentamento dos mesmos com os fatores estressores do dia-a-dia na instituição.

## REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, P.S. et al. **Prazer e Dor na Docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout.** Saúde e Sociedade. v.21, n.1, 2012, p.129-140. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n1/13.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2016.
2. ARAUJO, J;LUVIZOTTO, C.K. Educação não formal: a importância do educador social na construção de saberes para a vida em coletividade. **ColloquiumHumanarum**, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, p. 73-78, jul/dez 2012.
3. BAIÃO, L.P.M. e CUNHA, R.G. Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura. **Revista Formação Docente.** Belo Horizonte – vol.5, n 1, jan/jun 2013.
4. BRASIL, Ministério da Educação (a). Secretaria de Educação Especial. **O que é Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP. 2000.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes de estimulação precoce: crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor decorrente de microcefalia /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
6. CEBALLOS, A.G.C. et al. Avaliação perceptivo-auditiva e fatores associados à alteração vocal em professores. **Revista Brasileira de Epidemiologia.** 14(2): 285-95, 2011.

7. COSTA, D. et al. Saúde do Trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, vol. 38, n. 127, p. 11-30, 2013.
8. DIÁRIO OFICIAL PODER EXECUTIVO. **Resolução SE-12, de 18 de março 2014**. Dispõe sobre a situação funcional dos servidores da Secretaria da Educação que se encontram na condição de readaptados, e dá providências correlatas. Seção I, São Paulo, 126 (19) – 27.
9. FORATTINI, C.D.; LUCENA, C.A. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**. Sorocaba, vol. 01, n. 02, p.32-47, mai.-ago. 2015.
10. GIACOMOLLI, G. A voz como instrumento de trabalho. **Revista de Educação do IDEAU**, vol. 9, n. 19, Julho/Dezembro, 2014.
11. MOREIRA, O.C. et al. Associação entre risco cardiovascular e hipertensão arterial em professores universitários. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, n.3, p.397-406, jul./set. 2011.
12. REIS, B.M. Trabalho docente e qualidade de vida. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**. Uberaba, v. 1, n.1, p. 37-48, 2013.
13. REIS, G.L. O Gênero e a docência: uma análise de questões de gênero na formação de professores do Instituto de Educação Euclides Dantas / Greissy Leoncio Reis - 2011. Dissertação (mestrado) – **Universidade Federal da Bahia**, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.
14. SERVILHA, E.A.M.; ARBACH, M.P. Queixas de saúde em professores universitários e sua relação com fatores de risco presentes na organização do trabalho. **Distúrb Comun**, São Paulo, 23(2): 181-191, agosto, 2011.
15. VIEIRA, L.F.; OLIVEIRA, T.G. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 131-154 maio/ago. 2013.
16. VITTA, F.C.F; VITAA, A.; MONTEIRO, A.S.R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v.16, n. 3, p. 415-428, Dez. 2010.
17. ZIBETTI, M.L.T.; PEREIRA, S.R. Mulheres e professoras: Repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 259-276, 2010.